



17

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO SABUGAL

ATA N.º 3/2019

SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 30 DE ABRIL DE 2019

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA

António Luís Miranda dos Santos Serra

SECRETÁRIOS:

1.º Secretário – Carina Marques Rocha Fernandes

2.º Secretário – Sandra Simões Tomás

SUBSTITUIÇÕES

Manuel Augusto Meirinho Martins *(Substituído por Idalina Lopes)*

Francisco Pires Manso *(Substituído por José Dias Santos)*

Ramiro Manuel Lopes de Matos *(Substituído por Anabela Augusto)*

Luís Manuel Nunes Sanches *(Substituído por Alzira Peres Vinhas)*

Presidente da Junta de Freguesia de Bismula *(Representado pelo Secretário: Miguel João dos Santos Tomé)*

Presidente da Junta de Freguesia da Rebolosa *(Representado pelo Secretário: Luis José Antunes Peres)*

HORA DE ABERTURA: Dezassete horas

LOCAL: Auditório Municipal do Sabugal



Às dezassete horas, dado haver quórum, o Senhor Presidente da Assembleia em exercício cumprimentou os representantes dos Grupos Municipais presentes e, em nome deles, todos os Membros da Assembleia, o Senhor Presidente da Câmara, o restante Executivo Municipal, o Público e o Pessoal de Apoio, declarando aberta a Sessão. -----

O Senhor Presidente da Assembleia em exercício procedeu à leitura do pedido de renúncia de mandato do Senhor José dos Santos Robalo. -----

“José dos Santos Robalo, membro da Assembleia Municipal do Sabugal, eleito nas listas do PSD, vem expor e requerer a V. Ex.ª o seguinte: -----

O ora exponente vai hoje mesmo desfiliar-se do PSD, partido com o qual neste momento não tem qualquer afinidade quanto às orientações políticas definidas pela sua liderança. -----

Revê-se por inteiro no Aliança, quer no programa quer na sua liderança, razão pela qual irá de imediato solicitar adesão a esse partido. -----

Pelo exposto, requeiro a V. Exa que pelos motivos expostos, aceite a minha renúncia ao mandato, para o qual fui eleito. -----

Desejo que essa Assembleia desenvolva um trabalho profícuo no futuro, no interesse do Sabugal e dos sabugalenses.” -----

Proseguiu dizendo que *“Assim irá tomar posse o novo membro da Assembleia, o Senhor José Maria Pires Martins.” -----*

Tomando a palavra, o Senhor José Maria Pires Martins, disse: -----

“Boa tarde a todos, eu, José Maria Pires Martins declaro solenemente, por minha honra, que cumprirei com lealdade as funções que me são confiadas e para as quais fui eleito.” -----

----- ANTES DA ORDEM DO DIA -----

PONTO 1 -----

1.1. DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA ATA DA: -----

a) Sessão Extraordinária realizada no dia 25-01-2019: -----

b) Sessão Ordinária realizada no dia 28-02-2019 -----

Tomando a palavra, o senhor Presidente da Assembleia em exercício disse ter sido enviada a ata da Sessão Extraordinária de 25 de janeiro de 2019, bem como a ata da Sessão Ordinária de 28 de fevereiro de 2019. -----



Na sequência de inscrição foi dada a palavra ao Senhor **Alexandre Gonçalves**, que tomando a palavra e em relação à alínea a) disse: -----

“Saúdo o sr. Presidente da Assembleia Municipal; primeiro e segundo secretário da Assembleia Municipal; sr. Presidente da Câmara Municipal, srs. Vereadores da Câmara Municipal, srs. Deputados Municipais, srs. Colaboradores do Município e Público aqui presente. -----

Página 18 do documento enviado – Parágrafo nº 4 -----

Onde se lê: “...estreita colaboração com a ANMP e com a Associação Nacional de Freguesias - ANF.”; deve ler-se: “...estreita colaboração com a ANMP e com a Associação Nacional de Freguesias - ANAFRE.” -----

Página 19 do documento enviado – Parágrafo nº 2 -----

Onde se lê: “Sublinha-se que esta substância deverá concomitantemente ser lida à luz do definido no artigo...”; deve ler-se: “Sublinha-se que esta circunstância deverá concomitantemente ser lida à luz do definido no artigo...” -----

Página 19 do documento enviado – Parágrafo nº 3 -----

Onde se lê: “Neste contexto, os diplomas sectoriais terminam após pronuncia prévia dos municípios, a publicação dos mapas com os montantes a referir, com os setores para o ano de 2019...”; deve ler-se: “Neste contexto, os diplomas sectoriais determinam, após pronuncia prévia dos Municípios, a publicação dos mapas com os montantes a transferir, por sector, para o ano de 2019...” -----

“Página 52 do documento enviado – Intervenção do Deputado Municipal José Robalo. -----

O Deputado Municipal José Robalo iniciou a sua intervenção apelidando o Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal do Sabugal de indigno, adiantou que o Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal era indigno de ocupar a cadeira onde estava sentado. Proponho que estas afirmações do Sr. José Robalo, que fazem obviamente parte da sua intervenção, fiquem escritas em ata, até porque a liberdade de expressão e informação é um dos direitos, liberdades e garantias consagrados na Constituição da República Portuguesa.” -----

Relativamente à alínea b), o Senhor **Alexandre Gonçalves** disse: -----

“Página 52 do documento enviado – Intervenção do Deputado Municipal José Robalo -----



13

O Deputado Municipal José Robalo iniciou a sua intervenção apelidando o Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal do Sabugal de indigno, adiantou que o Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal era indigno de ocupar a cadeira onde estava sentado. Proponho que estas afirmações do Sr. José Robalo, que fazem obviamente parte da sua intervenção, fiquem escritas em ata, até porque a liberdade de expressão e informação é um dos direitos, liberdades e garantias consagrados na Constituição da República Portuguesa.” -----

De seguida tomou a palavra o Senhor **Joaquim Brázia**, que após cumprimentar os presentes disse. --
“Na sessão extraordinária, aquando da votação, existiam votos contra e abstenções, das quais eu me abstive e numa das votações na sessão ordinária, é referido o nome das votações dos votos contra e das abstenções. E na sessão extraordinária não existem nomes. Tecnicamente, isto é possível ou é mesmo assim??” -----

Após cumprimentar os presentes, o Senhor **Aristides Duarte** tomou a palavra para dizer que as atas das duas sessões não podiam ser votadas ao mesmo tempo uma vez que houve quem tivesse estado presente numa sessão e noutra não. -----

Em resposta ao Senhor **Aristides Duarte**, o Senhor **Presidente da Assembleia em exercício** disse que as votações seriam em separado. -----

E, por sua vez, em resposta ao Senhor **Joaquim Brázia**, o Senhor **Presidente da Assembleia em exercício** afirmou que embora não fosse obrigatório, deveriam ser colocados os nomes referentes às abstenções e aos votos contra, no entanto nem sempre os serviços de apoio conseguiam fazer o registo dos nomes. -----

Em relação à questão levantada pelo Senhor **Alexandre Gonçalves** disse: -----
“Quero dizer a todos que estive na direção da Assembleia anterior, mas a minha vida profissional não me deu tempo, e só hoje é que li o que se passou na ata. E há aqui coisas com as quais eu também não concordo. Nesta situação eu disse que a intervenção do Senhor José Robalo era uma declaração de voto e não uma intervenção. -----

Há aqui coisas que a responsabilidade era minha, porque eu é que estava a presidir a Assembleia, e poderia ter evitado que fossem escritas. Em relação a quem fez a Assembleia agradecia para o futuro, aquilo que não deve ser posto, não deve ser posto. Porque eu disse que era uma declaração de voto, não era uma intervenção, e o que está aqui é uma intervenção. -----



Em relação a isso, se as palavras foram proferidas e há registo sonoro, estamos num país livre e democrático, e cada um assume as suas responsabilidades. Os atos ficam com quem os pratica. As palavras leva-as o vento, e se há registo, deve ficar em ata, assim como as alterações que propôs depois de verificado que realmente é assim, devem ser consideradas e alterada a ata para ser assim aprovada.” -----

Não havendo mais inscrições, o Senhor Presidente da Assembleia em exercício colocou as atas à votação pela seguinte ordem: -----

a) Sessão Extraordinária realizada no dia 25-01-2019: -----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a ata da Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal realizada no dia 25-01-2019. Não participaram na votação desta ata os Membros da Assembleia que não estiveram presentes na referida Sessão, em cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 34º do Código do Procedimento Administrativo. -----

b) Sessão Ordinária realizada no dia 28-02-2019 -----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com as alterações propostas e aceites, aprovar a ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal realizada no dia 28-02-2019. Não participaram na votação desta ata os Membros da Assembleia que não estiveram presentes na referida Sessão, em cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 34º do Código do Procedimento Administrativo. -----

PONTO 2 -----

EXPEDIENTE -----

De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia em exercício em exercício deu a palavra ao 1.º Secretário que, depois de cumprimentar os presentes, deu conhecimento do expediente recebido: ---

➤ **Justificação de ausência**, à presente Sessão, apresentada por Manuel Augusto Meirinho Martins, tendo sido substituído por Idalina Lopes; -----

➤ **Justificação de ausência**, à presente Sessão, apresentada por Francisco Pires Manso, tendo sido substituído por José Dias Santos; -----

➤ **Justificação de ausência**, à presente Sessão, apresentada por Ramiro Manuel Lopes de Matos, tendo sido substituído por Anabela Augusto; -----



MS

➤ **Justificação de ausência**, à presente Sessão, apresentada por Luís Manuel Nunes Sanches, tendo sido substituído por Alzira Peres Vinhas; -----

➤ Ofício da Junta de Freguesia de Bismula a informar da **impossibilidade de comparecer na presente sessão, fazendo-se representar pelo Secretário da Junta de Freguesia, Miguel João dos Santos Tomé**, em cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 18.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o n.º 4 do artigo 43.º do Regimento da Assembleia Municipal de Sabugal. -----

➤ Ofício da Junta de Freguesia de Rebolosa a informar da **impossibilidade de comparecer na presente sessão, fazendo-se representar pelo Secretário da Junta de Freguesia, Luís José Antunes Peres**, em cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 18.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o n.º 4 do artigo 43.º do Regimento da Assembleia Municipal de Sabugal. --

PONTO 3 – ASSUNTOS DIVERSOS -----

De seguida o Senhor Presidente da Assembleia em exercício deu início aos trabalhos do Ponto III do Antes da Ordem do Dia, começando por ler a moção apresentada pelos eleitos do CDU na Assembleia Municipal do Sabugal: -----

“Moção sobre o 25 de Abril -----

*Assinalou-se há poucos dias o 45º aniversário da Revolução de Abril. -----
Assinalou-se um Portugal liberto de repressão, da censura, das prisões e das torturas de muitos dos democratas e patriotas que se bateram pela liberdade e pela democracia. -----*

Considerando que a Revolução de Abril propiciou conquistas políticas, sociais, económicas e culturais impregnadas na Constituição da República e que se assumiram como a fonte para um acelerado desenvolvimento do País, com uma marcante galvanizante participação dos trabalhadores e das populações; -----

Considerando que a consagração do Poder Local Democrático foi uma das mais relevantes conquistas da Revolução de Abril; -----



Handwritten mark

Considerando que a Revolução de Abril foi um dos atos de maior destaque de afirmação de soberania e independência nacionais; -----

Considerando que os Valores de Abril foi um dos atos de maior destaque de afirmação de soberania e independência nacionais; -----

Considerando que os Valores de Abril permanecem bem fundo no ideário do povo português e constituem elementos bastantes par um Portugal de liberdade, democracia, progresso social e económico, desenvolvimento cultural e paz, -----

A Assembleia Municipal do Sabugal, em sessão ordinária de 30 de abril de 2019 delibera: -----

- 1- Saudar os valores e conquistas da Revolução de Abril, cujos elementos essenciais estão consagrados na Constituição da República Portuguesa e são base duma política que sirva Portugal e os portugueses.* -----
- 2- Saudar os eleitos autárquicos e a população do concelho do Sabugal e reafirmar o Poder Local Democrático como conquista de abril e de defesa dos interesses do povo do concelho de Sabugal.”* -----

Assim e na sequência de inscrição, foi dada a palavra aos seguintes Membros da Assembleia Municipal para debaterem a Moção apresentada: -----

Depois de cumprimentar os presentes, o Senhor João Manata, tomando a palavra disse: -----

“A Revolução de abril, fez de facto 45 anos na semana passada, e falar de abril, é falar deste país que temos, que não é de certeza aquilo que nós quereríamos, porque nós quereríamos que estivesse melhor do que está. Mas, apesar de tudo, abril valeu a pena, e é preciso para nos lembrarmos do que era o regime dizer isto que muita gente não se lembra: -----

- Uma mulher para ir a Espanha tinha de ter uma autorização do marido, caso contrário, não poderia ir. -----

- As pessoas que tinham uma opinião contrária à do regime, eram presas, torturadas, e muitas assassinadas. -----

- Mais de 4 pessoas na rua era considerado um ajuntamento, e, como tal era uma manifestação antirregime. -----

Município do Sabugal



1/2

- *As mulheres não podiam aceder à carreira diplomática nem à magistratura.* -----

E ainda hoje há quem seja saudosista dessa besta desse regime. Estamos a ver por esta Europa toda e pelo mundo, os fascismos a ressuscitarem e a virem ao de cima, e os populismos hoje já defendem prisões perpétuas e penas de morte, e todos temos de acordar e resistir, e tentar garantir os valores de abril. -----

Viva o 25 de abril! -----

Viva Portugal!" -----

Não havendo mais intervenções, o Senhor **Presidente da Assembleia em exercício** procedeu à votação da moção, tendo sido **aprovada, por unanimidade.** -----

Na sequência de inscrição, foi dada a palavra aos seguintes Membros da Assembleia Municipal: -----

Senhor **João Manata** usando da palavra dirigiu-se ao executivo municipal para dizer que se o resultado final das obras na rua 5 de outubro for como está nos cartazes promocionais, a rua ficará bem. Referiu, no entanto, que a calçada junto ao jardim do tribunal também precisava de ser revista e perguntou se as obras no Largo da Fonte incluíam essa calçada. E, se não estiverem incluídas, podiam dar um jeito aos passeios porque não têm bom aspeto. -----

Depois de cumprimentar os presentes, o Senhor **João Aristides Duarte**, tomando a palavra disse: ----
"Numa época em que movimentos ultranacionalistas obtém representações em quase todos os Parlamentos da Europa, não se deve esquecer o que foi o nazismo, que muitos deles perfilham, embora o neguem. -----

O nazismo foi uma ideologia cruel que provocou mais de 60 milhões de mortos. Perseguiu socialistas, socialistas, comunistas, homossexuais, judeus, ciganos, os quais eram deportados de toda a Europa para os infames campos de extermínio e campos de concentração da Alemanha nazi. Foram necessários sacrifícios enormes para derrotar o nazismo. O Reich que Hitler disse que duraria mil anos, afinal durou, apenas, 11 anos. Os resistentes, que não aceitavam o nazismo e o combateram eram assassinados, mortos por exaustão, mortos à fome e ou escravizados. Embora Portugal não tivesse sofrido diretamente os horrores da 2.ª Guerra Mundial convém não esquecer que Salazar decretou 3 dias de luto nacional pela morte de Hitler. Entre esses resistentes encontravam-se dois naturais do nosso concelho, que descobri, recentemente,



num livro escrito por José Manuel Barata-Feyo intitulado "A Sombra dos Heróis- A história desconhecida dos portugueses que lutaram contra o nazismo", que quero homenagear publicamente: Emigrantes em França, aquando da ocupação nazi, resistiram e combateram o nazismo. Foram eles: Manuel Martins, cantoneiro, natural do Ozendo, nascido em 1900 que foi morto pelos nazis em 2 de setembro de 1944. Casado com a alemã Margareta Hagner, teve 8 filhos. Os seus sentimentos antinazis levaram-no a recusar-se a trabalhar e, por isso a ser deportado para Leste, tendo sido assassinado. -----

O outro foi Alexandre Rasteiro, natural do Sabugal, nascido em 25 de dezembro de 1924, mecânico de profissão, e que participou em vários combates contra os nazis. No livro não é referido o que lhe aconteceu, posteriormente. -----

Honra eterna a estes resistentes que enobreceram o concelho do Sabugal." -----

Seguiu-se o Senhor Alexandre Gonçalves que usou da palavra para dizer: -----

"No dia 29 de março realizou-se, na Cidade de Pinhel, mais uma sessão ordinária de Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal Beiras e Serra da Estrela (CIMBSE). António Robalo, tal como referiu na última sessão ordinária da Assembleia Municipal do Sabugal, enviou um documento para a CIMBSE a contestar a aprovação da Moção de Reivindicação "Estrada de Ligação Sabugal-A23". Recordo que a referida Moção foi aprovada por unanimidade e apresentada pelos dois Deputados Intermunicipais do Partido Socialista, Alexandre Gonçalves e Vítor Cavaleiro, que representam o Concelho do Sabugal na Comunidade Intermunicipal. -----

A atitude despropositada, amadora e arrogante de António Robalo envergonhou o Concelho do Sabugal. António Robalo procurou, ainda que sem qualquer tipo de sucesso, violar a liberdade de consciência de todos aqueles que fazem parte da Comunidade Intermunicipal Beiras e Serra da Estrela. António Robalo demonstrou que não tem conhecimento sobre as competências de uma Câmara Municipal e de uma Comunidade Intermunicipal. António Robalo jamais pode ser apelidado de embaixador do Concelho do Sabugal. -----

Depois do Sr. Presidente da Assembleia Intermunicipal, Nuno Soares, ter lido o documento enviado por António Robalo, a indignação disseminou-se por todos os Deputados Intermunicipais. Ninguém queria acreditar que um Presidente de Câmara pudesse ser tão imponderado, enviando para uma Comunidade Intermunicipal tamanha imbecilidade. Para além da minha resposta acutilante e da resposta do Vítor Cavaleiro, foram vários os Deputados Intermunicipais, oriundos de todas as bancadas, que se manifestaram contra o documento enviado por António Robalo. -----

António Robalo vai ter uma resposta à altura por parte da Comunidade Intermunicipal Beiras e Serra da Estrela, alicerçada em todas as intervenções proferidas pelos Deputados Intermunicipais. Foi unânime a repulsa do documento enviado por António Robalo, bem como o repúdio em relação a tamanho disparate. António Robalo desonrou o Concelho do Sabugal com a sua "política de quintal". Lamentável! -----

António Robalo, para além de nada fazer, ainda se abespinha contra aqueles que pretendem desenvolver o Concelho. António Robalo não pode concluir nenhuma obra porque infelizmente não iniciou nenhuma. Relembro que a não concretização de empreendimentos prometidos e tão badalados constitui uma configuração que desfila no campo da publicidade enganosa e no campo da falta de ética. -----

Possivelmente António Robalo é o único Presidente de Câmara, em todo o mundo e arredores, que defende que a pasta 'acessibilidades' não é prioritária para o desenvolvimento de uma região. Desafortunadamente a Câmara Municipal do Sabugal é pouco ambiciosa, criativa, empreendedora e persistente. -----

A mudança é imprescindível, o Concelho do Sabugal necessita de novos protagonistas. Precisamos de políticos que não dividam os eleitores em instrumentos e inimigos. Só não devemos ter liberdade para escolher o fracasso em que o nosso querido e amado Concelho está mergulhado. -----

Algumas pessoas do nosso Concelho parecem ter medo de falar dos problemas que teimam em persistir. Em determinadas circunstâncias parece que abril não passou por cá. Talvez a ditadura tenha sido habilidosamente derramada pelo Concelho. Não tenham medo de contestar ou de reivindicar, somente desse modo o desenvolvimento desponta. A democracia, a liberdade de expressão e a criatividade constituem configurações que jamais podem ser assassinadas. Devemos ser fervorosos defensores do art.º 37 da Constituição da República. -----

António Robalo, de uma forma prepotente, procurou condicionar o trabalho de 15 Municípios, 12 do Distrito da Guarda e 3 do Distrito de Castelo Branco, bem como ofuscar o compromisso, o empenho e a dedicação dos dois Deputados Intermunicipais do Partido Socialista por o Sabugal. Somente um Presidente de Câmara insensato é que endereça diretivas para uma Comunidade Intermunicipal acerca de uma Moção aprovada por unanimidade em sessão de Assembleia Intermunicipal. António Robalo também desconhece que as Moções podem ser apresentadas pelos Deputados Intermunicipais nas Assembleias Intermunicipais sem que forçosamente os mesmos as tenham que apresentar nas Assembleias Municipais. Depois de tamanho destempero, António Robalo só tem um caminho a perfiar, a renúncia do mandato. António Robalo demonstrou a toda a Comunidade Intermunicipal que não sabe estar. Demita-se!" -----

13

O Senhor Alexandre Gonçalves prosseguiu dizendo que *“Na reunião de 28 de fevereiro de 2018, aquando do levantamento exaustivo que fiz sobre as Deformações na Estrada provocadas pelas raízes das árvores, referi que detetei, e depois de sair da Freguesia de Ruivós em direção à Freguesia da Bismula, que quando chegamos à rotunda não há qualquer sinal de direção. Quem não conhece o Concelho do Sabugal, que felizmente não é o meu caso, fica obviamente perdido. Um ano depois a situação mantém-se, ou seja, nesse local não existe nenhum sinal de direção. Hoje mesmo passei por lá e fiz o levantamento fotográfico, levantamento esse que comprova a inexistência de qualquer sinal de direção.”* -----

Seguiu-se a Senhora **Lídia Ribas** que, tomando a palavra e depois de cumprimentar os presentes disse prescindir do tempo a favor do Senhor José Maria Pires Martins. -----

Depois de cumprimentar os presentes, o Senhor **José Ilídio Clemente** usou da palavra para proferir o seguinte texto: -----

*“Mais uma vez sem perguntas Senhor Presidente da Câmara. -----
Parabéns aos dois elementos do PCP presentes pela moção que apresentaram. -----*

Só é nosso o que ninguém nos pode tirar ou dar. -----

*Fez 45 anos a nova democracia. De madrugada saiu para a rua, com a cidade à sua frente. -----
E de repente a cidade foi minha e tua. A cidade foi de toda a gente. Pelas ruas, cantando liberdade em silêncio, o militar sonhador trouxe uma canção de amor. -----*

Numa noite de estrela d'alva, ainda não era madrugada, antes dela perder o seu fulgor, a estrela da liberdade, mesmo pequenina, deixou este velho Portugal adormecer, para acordar livre e lhe render homenagem. -----

A noite estava tão serena, e eu dormindo no seu seio; a estrela d'alva, bendita, disse-me na aurora da nova era que era hora de me dar todo o bem que havia no meu peito. Disse-me e a Deus que também tenho direito de amar essa terra liberdade e de amá-la como nunca amei ninguém. -----

Era hora de respirar ar puro, da pureza da primavera, em que o sol é quente e a noite perdeu com a espera... por nós. -----

Houve um sonho e houve magia, as cores da noite que dão brilho à cidade, trouxeram luz e o sol da manhã de manhã, já era outro dia. -----

Deixem-me dizer: -----

Eu não sou nada comparado com o dia 25 de abril de 1974, mas sou tudo, por continuar a amar esse dia. -----



Parabéns ao 25 de abril. Viva a liberdade.” -----

Seguiu-se o Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Cerdeira do Baraçal, Filipe Mendes, que depois de cumprimentar os presentes apresentou duas questões. -----

A primeira é se há algum problema ou impedimento na transferência da verba que é dada para as tarefas das Escolas, uma vez que este ano ainda não foi recebida, o que fez com que a junta tivesse de adiantar esse dinheiro. -----

A segunda questão prende-se com o problema de saneamento do rio Noéme, ou seja, se há algum projeto ou existe alguma resolução prevista e para quando. -----

Senhora Júlia Bogas que, tomando a palavra e depois de cumprimentar os presentes usou da palavra para dizer: -----

“Em primeiro uma saudação, porque amanhã é dia 1 de maio, dia do Trabalhador, a bancada do Partido Socialista faz uma saudação a todos os trabalhadores deste concelho, e em especial aos funcionários desta casa que todos os dias trabalham em prole do concelho do Sabugal. -----

Em segundo era para procurar ao Senhor Presidente se tem passado junto à estação elevatória ao pé do rio, que uns dias antes do concurso de pesca houve uma descarga, que era um cheiro nauseabundo, não é a primeira nem a segunda vez que isto acontece. Era só para saber se o presidente estava dentro do assunto ou não, se já disseram alguma coisa às Águas do Tejo, porque quem passa ali e dá as caminhadas à noite é um cheiro que incomoda muito.” -----

Depois de cumprimentar os presentes, o Senhor Presidente da Junta de Vale de Espinho, Domingos Malhadas, tomando a palavra disse prescindir do tempo para o Senhor José Maria Pires Martins. -----

A Senhora Alexandrina Goretti, que depois de cumprimentar os presentes, tomando a palavra referiu que na sessão da Assembleia Municipal de 29 de dezembro de 2017, questionara o Senhor Presidente da Câmara se iriam fazer obras na zona empresarial do Alto do Espinhal visto que estava lá uma placa “da empresa 2ª Via -Construções, Unipessoal Lda, na Zona de Localização Empresarial do Alto do Espinhal”, e em resposta, o Senhor Presidente informou que seria construído um estaleiro dessa mesma empresa. Seguidamente pediu ao Senhor Presidente se seria possível dar algum esclarecimento sobre o assunto. -----

Tomando novamente a palavra, o Senhor João Manata disse: -----



M

“Não sei até que ponto, regimentalmente, pode um Presidente de Junta prescindir a favor de um membro de um Grupo Parlamentar.” -----

O Senhor Presidente da Assembleia em exercício respondeu que todos são membros da assembleia.

Em resposta, o Senhor João Manata disse não ter esse entendimento, *“é a minha opinião”*. Não concordo que se possa prescindir da palavra a favor de um membro de uma bancada diferente. -----

O Senhor Presidente da Assembleia em exercício disse que a Assembleia Municipal tem 61 membros, em que 30 são por eleição indireta, ou seja, representantes das Juntas de Freguesia e os outros são representantes eleitos, mas dentro da assembleia todos têm os mesmos direitos. *“É claro que representam forças políticas, mas não há diferença entre os Presidentes da Junta de Freguesia e os membros eleitos.” -----*

Seguiu-se o Senhor Manuel Rasteiro que, após cumprimentar os presentes, tomou a palavra para perguntar ao Senhor Presidente da Câmara se a Câmara tinha alguma entidade para fazer a limpeza do Estádio Municipal, porque a zona em volta da relva tinha uma calha que estava cheia de sujidade. ----

O Senhor António Gata, que depois de cumprimentar os presentes, tomou a palavra para falar acerca do 25 de abril: -----

“Dir-se-ia que foi ontem, mas já foi há 45 anos, e voto e comungo destas palavras ditas pelo Senhor Presidente da República no discurso que proferiu na sessão solene de comemoração de mais um aniversário do 25 de abril. -----

Sim, parece que foi ontem que os nossos militares nos devolveram a esperança e nos fizeram acreditar que a liberdade e a democracia estavam ao nosso alcance, abrindo o caminho que era preciso percorrer a partir desse dia que, sempre soubemos que seria longo, e muitas vezes penoso, caminho que passado todos estes anos, ainda está longe de ser caminhado na sua totalidade. Num tempo em que às novas gerações esta data já muito pouco diz, em que muitos dos que viveram a revolução se sentem desiludidos com o ponto em que nos encontramos, e em que alguns apresentam até sinais de algum saudosismo dos tempos da ditadura, é fundamental que se promova o debate sério deste acontecimento, e que se coloque nos pratos da balança o antes e o depois da revolução. -----

Aos grandes desafios com que atualmente nos confrontamos, aqui a democracia e a liberdade ainda não conseguiram dar resposta, as gritantes desigualdades sociais continuam a flagelar uma parte significativa da população, a corrupção que ainda não é possível combater com a eficácia necessária,



a desigualdade de oportunidades para os jovens, que era norma no anterior regime continua a manter-se, atingindo até a dimensão que se julgaria impensável, o abandono a que foi votada a maior parte do território nacional, com principal incidência nas regiões raianas em que nos inserimos, temos que contrapor, é verdade, as muitas extraordinárias vitórias alcançadas, como o Serviço Nacional de Saúde que temos que defender dos ataques cada vez mais perceptíveis, o aumento da esperança de vida, o extraordinário decréscimo da mortalidade infantil, o alargamento da escolaridade obrigatória, e a consequente queda do analfabetismo. -----

E ao concelho do Sabugal o que trouxe afinal o 25 de abril de 1974? -----

Poderia fazer aqui uma, embora necessariamente breve comparação, entre a realidade que se verificava antes do dia 25 de abril de 1974 e a realidade atual, e naturalmente seriam encontradas grandes diferenças, sobressaindo entre algumas já referidas, a afirmação do poder local, que embora ainda não tenha conseguido atingir a autonomia desejada já demonstrou pela obra feita que também por isso a revolução já valeu a pena. -----

Por mera coincidência, penso eu, o Jornal Cinco Quinas on-line publicou no dia 18 de abril de 2019 um artigo com o título 'A coleção do Senhor Embaixador Carlos Fernandes', a que foi anexado um documento intitulado 'Manifesto concelho do Sabugal CDS 1976', documento que possuo em suporte de papel, e que me foi oferecido há muitos anos pelo Senhor Embaixador. -----

Embora tenha opinião formada sobre o assunto, não vem a propósito, neste contexto, abordar a questão da doação que o Senhor Embaixador pretende fazer, não descartando, contudo, a possibilidade de o vir a fazer oportunamente. -----

Mas penso, contudo, que tem todo o propósito de falar do manifesto que o já referido partido apresentou ao eleitorado, pois, a partir da sua leitura é possível aqui relatar com grande rigor o estado em que o concelho do Sabugal se encontrava até ao dia 25 de abril de 1974. Permite a sua leitura concluir, que nessa altura, era tal a perfusão de medidas preconizadas, cerca de 90, que seria fastidioso estar aqui a elencá-las, bastando referir que nenhuma das necessidades básicas foi esquecida nesse manifesto, posso mesmo dizer que nessa altura tudo estava por fazer. -----

Situação que me pude aperceber, em toda a sua extensão quando, na eleição seguinte, fui eleito Presidente de Junta. -----

À minha freguesia Vilar Maior, e anexa, Arrifana do Côa, a eletricidade já chegou depois do 25 de abril, o abastecimento de água ao domicílio e o saneamento básico era uma miragem, as estradas ainda eram em terra batida, a junta de freguesia não tinha uma sede para reunir, na sede de freguesia a maior parte das ruas eram em terra batida, na anexa não existia um único metro de calçada, não se falava em ter filhos na maternidade, a população continuava a diminuir, pois a primeira leva de emigrantes estava nesta altura a levar as esposas e os filhos. -----

Arquivo de Sessões Ordinárias

JK

Apesar de todos os constrangimentos que nos continuam a preocupar, apesar do abandono a que continuamos entregues, apesar de sabermos que não há política que salve estes territórios enquanto se morre todos os dias e se nasce só de vez em quando. Apesar de tudo e mais alguma coisa com que nos continuam a liquidar aos que por cá decidimos ficar e lutar por melhores dias, e mesmo assim temos que estar agradecidos aos militares de abril porque senão fossem eles, há muito que pouco mais restaria que pequenas quintas com alguns, poucos habitantes.” -----

Depois de cumprimentar os presentes, o Senhor **Presidente da Junta de Aldeia da Ponte, António Simões**, tomando a palavra disse prescindir do tempo para o Senhor José Maria Pires Martins. -----

Tomando a palavra, e depois de cumprimentar os presentes, o Senhor **José Maria Pires Martins** iniciou a sua intervenção com cumprimentos à Mesa, o Poder Executivo da Câmara e todos os membros da Assembleia referindo que é uma honra fazer parte dos eleitos pelo PSD na Assembleia. -----

“Faço um pedido ao Senhor Presidente da Câmara para que em sede da próxima proposta orçamental, a de 2020, sejam disponibilizadas verbas para recuperação de açudes a montante da barragem do Sabugal, de modo a permitir uma melhor condição para a truta e outros peixes terem melhores condições de sobrevivência, dado estarem a desaparecer.” -----

Seguidamente evocou o 25 de abril, cuja data se celebrava, começando por dizer que tomou parte ativa nesse golpe de Estado, quer na sua preparação, quer na sua concretização, fazendo parte dos militares que tomaram a Rádio Televisão Portuguesa. -----

Mais tarde foi escolhido para chefiar uma equipa militar que, em dezembro de 1974, fez no Concelho do Sabugal uma campanha de dinamização cultural, contando algumas histórias passadas nesse período e relacionadas com o concelho, nomeadamente, o modo excecional como foram recebidos em todas as aldeias do concelho, o modo como se resolveu com a Guaria Civil de Valverde um grande problema existente em Vale de Espinho, que na altura impossibilitava o transporte de azeite produzido em Espanha. -----

Referiu também a construção da ligação em estrada de Soito para Quadrazais, bem como a intenção de escrever um livro para contar outros episódios. -----

Relatou um acontecimento passado no verão quente de 1975, durante o Processo Revolucionário em Curso ligado ao Partido Popular Democrático, estando de serviço no seu quartel, sendo Capitão, deu proteção à sua viatura com material importante, porque se previa assalto à sua sede nacional. Nessa viatura estava o Secretário-Geral do Partido do Sr. Sá Borges e funcionário Zeca Mendonça. Ficaram muito sensibilizados com a atitude e esta foi uma das razões da sua ligação atual ao PSD. -----

Por último referiu os valores de abril que ainda hoje mostram o seu valor na sociedade, os valores da democracia, liberdade e solidariedade. -----

Terminou a intervenção pedindo desculpa pelo tempo que ocupou na sua intervenção e a compreensão recebida pelo facto de ser militar de abril, pelo Senhor Presidente da Mesa, Dr. Serra. -----

De seguida tomou a palavra a palavra a Senhora **Marisa Martins**, que após cumprimentar os presentes dirigiu-se ao Senhor Presidente da Câmara para dizer que no caminho para o Auditório deparou-se com obras no Solar dos Britos. *“Não sei se a câmara tem alguma coisa a ver com a obra ou se é particular. Em segundo, li há uns tempos uma notícia em que falavam dos desperdícios de água por concelho. E chamou-me à atenção por o nosso concelho estar com uma bolinha vermelha, o que é mau sinal. E quando se falava nesta notícia de desperdícios de água, fala-se em desperdício de água que depois não é faturada. Eu sei que a Câmara tem uma linha de contacto imediato para casos de rotura de água, eu nunca sei essa linha, pois peço sempre socorro a alguém da Câmara. Por isso pedia que se insistisse mais na divulgação desta linha, porque o facebook não chega a toda a gente. Os desperdícios de água, e estamos quase no mês de maio e a água é muito pouca, portanto é na poupança da água que tem que se insistir. Eu sei que a Câmara tem um vídeo de sensibilização do consumo da água. E não sei se este ano está a pensar fazer o mesmo, mas acho que sim. Relativamente aos desperdícios, não sei se o presidente tem noção desses números, eu sei que a nível do país, são tantos milhões de água desperdiçados por dia, que era assustador. -----*

Em relação ao senhor que falou antes, acho que teríamos todos que ceder a palavra para contar tanta história, mas acho que sim, deve escrever um livro, e depois vem apresentá-lo ao auditório, e nós cá estaremos.” -----

Por último, o Senhor Presidente da Assembleia em exercício tomou a palavra para comentar que por vezes, em tom de brincadeira, costuma dizer que quando se reformar escreve um livro de memórias, mas depois de ter ouvido aquele role de situações que o Senhor João Manata referiu sobre o que se passava antes do 25 de abril, *“veio à memória uma situação pessoal, familiar, e aproveito para prestar aqui a minha homenagem ao meu pai, que na altura, quando faleceu não teve direito a uma medalha aqui na Assembleia, mas são coisas que acontecem, mas queria referir que aos 24 anos, tinha eu 2 anos, era ele regedor da aldeia das Enguias, Belmonte, mas isso não o impediu de ir a pé à Covilhã para arranjar material de campanha, chegou à aldeia, juntou o povo na praça, e disse em alto e bom som ‘Eu voto na democracia, eu voto General Humberto Delgado’ . -----*

Passados anos quis emigrar, por motivos familiares não arriscou ir a salto, até porque naquela aldeia houve vários desaparecidos e mortos a tiro na fronteira, não teve autorização nem da esposa nem da

minha avó para emigrar ilegalmente. Pediu o passaporte, todos foram embora, e ele um dia foi perguntar o que é que se passava e porque é que não tinha passaporte, e a resposta foi 'nem o tem, nem o vai ter! E se for tenha cuidado porque não volta'. -----

Portanto, isto era uma das situações que passavam antes do 25 de abril. -----

Em relação à situação do interesse pelas comunicações, também tenho na minha memória a presença de um Presidente da Assembleia da República, que depois de ter estado aqui nesta sala, na altura estava em fase terminal, de ter estado a visitar as obras do pavilhão e das piscinas, inaugurou o jardim infantil construído pela Junta de Freguesia com o apoio da Câmara, e depois do então Presidente da Câmara ter exposto o que era o concelho e fez um único pedido, que foi 'Senhor Presidente sensibilize o governo para que arranje ligações boas com a sede do distrito'. Palavra do homem que diz '25 de abril sempre!': 'Senhor Presidente esqueça as estradas e faça a obra.' -----

O Senhor Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para dar resposta às questões levantadas. -----

Após cumprimentar os presentes, o Senhor Presidente da Câmara tomou a palavra para responder às questões levantadas. -----

Em relação ao assunto do jardim do tribunal abordado pelo Senhor João Manata, o Senhor Presidente da Câmara disse que a obra iria ser intervencionada com o Largo da Fonte. *"Portanto, aguardemos pelo lançamento da obra do Largo da Fonte e aí teremos a intervenção no jardim do tribunal."* -----

Em resposta ao Senhor Presidente da Junta da Cerdeira, o Senhor Presidente da Câmara disse *"não há motivo algum para que não receba o dinheiro das tarefeiras porque a Câmara tem dinheiro, 'não está em insolvência'.* Disse ser importante enviar os mapas de frequência das escolas atempadamente, e assim sendo não haver qualquer entrave. -----

No que ao assunto da estação elevatória diz respeito, abordado pela Senhora Júlia Bogas, o Senhor Presidente da Câmara disse: *"tive oportunidade de questionar o chefe de divisão responsável por essa área, e ele não teve qualquer conhecimento dessas situações. Aquilo que eu digo, que já disse aqui várias vezes, muito mais importante do que vir aqui dizer à assembleia municipal que a estação elevatória não funciona, deve-se pegar logo num telefone, comunicar ao serviço e evitar males maiores.* -----

Município de Serpa



Prosseguiu, respondendo à Senhora Alexandrina Dias o seguinte “o estaleiro que referiu é de uma empresa que pediu o espaço, cedemos e a empresa terá o seu calendário de investimento, mas é um espaço que está cedido.” -----

Em resposta ao Senhor Manuel Rasteiro, o Senhor Presidente da Câmara afirmou que “a manutenção é feita pelos funcionários da Câmara. Percebi minimamente que a desobstrução das calhas pode levar a outros problemas maiores. Vamos ver, foi tomada a devida nota.” -----

O Senhor Presidente da Câmara continuou esclarecendo as questões abordadas pela Senhora Marisa Martins: -----

“As obras no Solar dos Britos estão a ser executadas pelo proprietário-----
As questões da água faturada é verdade, o Sabugal é um dos municípios que tem grandes perdas de água. Há perdas devidas a avarias nas redes, mas há também muita água não faturada as associações, as igrejas, os cemitérios, as freguesias. -----

Em relação à intervenção do Senhor José Maria Martins, o Senhor Presidente da Câmara disse: ----
“Ouvimos! Desafio-o mesmo a escrever um livro. -----
Mas, falou aqui um tema que eu não queria passar em branco, que é a questão do rio Côa e a importância dos açudes, quer em termos de sustentabilidade da fauna e flora do rio, quer para a rega, a pecuária, o lazer, enfim para criar vida em torno do Rio. O Rio Côa deve continuar a ser um grande desafio. -----

Relativamente à intervenção do Senhor Alexandre Gonçalves, o Senhor Presidente da Câmara disse:
“Relativamente àquilo que foi aqui dito pelo senhor Alexandre Gonçalves, vou clarificar-vos o seguinte. É evidente que não lhe vou fazer a vontade de demitir-me, mas já compreendemos todos qual é o seu registo, assim sendo vou atuar em conformidade, não o levando a sério! -----
Cada um meu caro, escolhe o caminho, escolhe a cama onde se quer deitar, e o senhor está a escolher a cama onde se vai deitar.” -----

ORDEM DO DIA

PONTO 1 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVA AO ANO DE 2018, BEM COMO A APLICAÇÃO DOS RESULTADOS LÍQUIDOS -----



Antes de dar a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para apresentar os documentos relativos a este ponto, o Senhor Presidente da Assembleia em exercício deu conhecimento a todos os Membros da Assembleia do seguinte assunto: -----

- Documento referente à Certificação Legal de Contas emitida por Marques de Almeida, J. Nunes, V. Simões & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. -----

De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia em exercício deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para apresentar o assunto. -----

“Os documentos são complexos, técnicos, foram distribuídos. Penso que em papel ou em formato digital todos tiveram oportunidade de os analisar. -----

Quero apenas deixar algumas notas breves da execução orçamental. -----

O resultado líquido deste ano é positivo. -----

A execução orçamental com uma maior execução corrente, mas situa-se em média acima dos 85%, não sendo referenciada como incumprimento. -----

Diria que, em termos de redução da dívida, que neste momento se situa em 4 milhões e 615 mil, houve uma redução da dívida de 650 mil euros. -----

Dizer-vos também que estamos em processo de empréstimo para lançamento daquelas obras que foram aqui referenciadas. -----

Como metas de pagamento, somos um dos melhores municípios do país a pagar, pagamos a 7 dias, portanto, é uma nota positiva também. -----

E, o resultado final de transição para 2019 permitiu, para além de uma poupança corrente para ser colocada em investimento, permitiu um saldo de gerência para o ano seguinte, que no próximo ponto iremos integrar nas contas, de cerca 1,5 milhões de euros. -----

Dizer-vos também que nem tudo são rosas, o facto é que as dificuldades burocráticas do avanço dos quadros comunitários e dos projetos que estão referenciados para executar, não nos permitiram maior execução em termos de capital, mas continuamos a bater-nos para que isso seja possível. -----

E vamos continuar a executar dentro da razoabilidade, dentro das oportunidades de financiamento disponibilizadas, conjugadas com as necessidades e opções estratégicas definidas. -----

Após apresentação dos documentos e prestados todos os esclarecimentos solicitados, pelo senhor **Presidente da Assembleia em exercício em exercício** foram os documentos colocados a votação, pela seguinte ordem: -----

APRECIACÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVAS AO ANO DE 2018. -----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 10 abstenções do Senhor Manuel Rasteiro, Senhoras Marisa Martins, Alexandrina Dias, Júlia Bogas, Patrícia Quintalo, Alzira Vinhas, Anabela Augusto e Carla Baltazar, Senhores Alcino Lavrador e José Ilídio Clemente, **aprovar a prestação de contas de 2018.** -----

APLICAÇÃO DOS RESULTADOS LÍQUIDOS. -----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 10 abstenções do Senhor Manuel Rasteiro, Senhoras Marisa Martins, Alexandrina Dias, Júlia Bogas, Patrícia Quintalo, Alzira Vinhas, Anabela Augusto e Carla Baltazar, Senhores Alcino Lavrador e José Ilídio Clemente, **aprovar a Aplicação dos Resultados Líquidos.** -----

PONTO 2 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DAS PROPOSTAS DE 2.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO DE 2019 E DA 2.ª REVISÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2019-2022 -----

O Senhor Presidente da Assembleia em exercício deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para apresentar o assunto. -----

Tomando a palavra disse: *“Na sequência da aprovação anterior e da libertação do saldo de gerência, vamos propor a integração desse saldo.* -----

Há um valor significativo, de cerca de 870 mil euros que não mexe em nada com o Plano e Orçamento aprovado em dezembro, é dinheiro que foi usado em alterações orçamentais, e agora temos que voltar a repor, a reposição de rubricas orçamentais reportadas ao no início do ano financeiro. -----

Temos aqui um compromisso com as juntas de freguesia, de cerca de 315 mil euros, que é incorporado agora, seja pela via de regulamentos ou de contratos interadministrativos. -----



Depois há a introdução de uma candidatura nova, com a recente aprovação de um projeto no âmbito da floresta e da limpeza das faixas de combustível. Integramos um projeto no valor por 143 mil euros.

Após a apresentação do assunto, o Senhor Presidente da Assembleia em exercício retomou a palavra para perguntar se algum Membro da Assembleia pretendia intervir. Na sequência de inscrição foi dada a palavra a: -----

Senhor Alcino Lavrador, tomou a palavra para perguntar ao Senhor Presidente como podia comparar o montante que está agora a ser atribuído às Juntas de Freguesia com o montante do ano 2018. -----

Concedida a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, respondeu: -----
“Há um valor que nós temos ao longo destes anos dos acórdãos de execução que resulta de uma disposição legal. -----

Com as juntas de freguesia desenvolvemos determinado tipo de serviços e trabalho, que verificámos ao fim destes anos, que era necessário ir mais longe nalgumas dessas ações, nomeadamente na questão de haver um trabalho mais qualificado nas vias municipais e haver um serviço de proximidade, que a Câmara não consegue, apesar de arranjar empresas que executam, responder tão rapidamente como as Juntas, quer a reposição de calçadas quando há roturas, e esse valor foi traduzido num reforço referenciado nos contratos interadministrativos, traduzidos em de cerca de 130.000,00€, é esse o valor que está representado nessa transição.” -----

Após apresentação dos documentos e prestados todos os esclarecimentos solicitados, pelo Presidente da Assembleia em exercício foram os documentos colocados a votação, pela seguinte ordem: -----

DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DA 2.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO -----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 13 abstenções dos Senhores João Manata, João Aristides, Alexandre Gonçalves, Manuel Rasteiro, Alcino Lavrador e José Ilídio Clemente e Senhoras Marisa Martins, Alexandrina Dias, Júlia Bogas, Patrícia Quintalo, Alzira Vinhas, Anabela Augusto e Carla Baltazar, aprovar a 2.ª Revisão ao Orçamento para 2019. -----

DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DA 2.ª REVISÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2018-2021 -----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 14 abstenções dos Senhores João Manata, João Aristides, Alexandre Gonçalves, Manuel Rasteiro, Alcino Lavrador, Presidente da Junta de Freguesia



de Rendo e José Ilídio Clemente e Senhoras Marisa Martins, Alexandrina Dias, Júlia Bogas, Patrícia Quintalo, Alzira Vinhas, Anabela Augusto e Carla Baltazar, **aprovar a 2.ª Revisão às Grandes Opções do Plano 2019-2022.** -----

PONTO 3 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO MAPA DE PESSOAL DO MUNICÍPIO PARA 2019 -----

O Senhor Presidente da Assembleia em exercício deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para apresentar o assunto. -----

Tomando a palavra disse: *“A acompanhar o Plano e Orçamento, aprovámos o Mapa de Pessoal. Desde essa aprovação até hoje, algumas situações que ocorreram e que levaram a que nós ousássemos propor à Assembleia Municipal uma alteração a esse Mapa de Pessoal. Tem a ver com o Decreto-Lei n.º 44/2019 de 1 de abril que prevê nas estruturas municipais um Coordenador Municipal da Proteção Civil, tem a ver com a remuneração ou a valorização remuneratória de algumas carreiras, nomeadamente fiscais e informáticos, tem a ver com a necessidade pelo número elevado de trabalhadores de serviço externo, de criar aqui uma densidade suficiente para lugares de encarregados, 2 para mobilidades existentes e outros 2 para viabilizar 2 nova mobilidades na carreira, a criação de 5 lugares de assistente operacional, nós temos vindo a ser desfalcados desse tipo de operacionais, de gente que anda no terreno, infelizmente também por falecimento, a criação de um lugar de assistente administrativo.* -----

Não havendo inscrições para este ponto, o Senhor Presidente da Assembleia em exercício colocou o assunto à votação, tendo a Assembleia Municipal **deliberado**, por maioria, com 1 voto contra com declaração de voto da Senhora Júlia Bogas e 10 abstenções dos Senhores Alexandre Gonçalves, Manuel Rasteiro, Vítor Cavaleiro, Alcino Lavrador e Senhoras Marisa Martins, Alexandrina Dias, Patrícia Quintalo, Alzira Vinhas, Anabela Augusto e Carla Baltazar, **aprovar a alteração do Mapa de Pessoal do Município para 2019.** -----

A Senhora Júlia Bogas apresentou a seguinte **declaração de voto**: -----
“A minha declaração de voto vai no sentido só do Coordenador da Proteção Civil porque acho que como está delegado no Senhor Vice-Presidente, a Proteção Civil, acho que é desnecessário o Coordenador da Proteção Civil, e os montantes que estão envolvidos no vencimento.” -----

17

Foi concedida a palavra ao Senhor José Ildio Clemente que disse: *“Votei a favor porque não era capaz de votar contra ou abster-me desde que haja trabalhadores a serem melhorados. Trabalhei muitos anos com o meu sindicato e sempre procurei melhorar os trabalhadores.”* -----

PONTO 4 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE MINUTA DOS ACORDOS DE EXECUÇÃO COM AS JUNTAS DE FREGUESIA -----

O Senhor Presidente da Assembleia em exercício deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para apresentar o assunto. -----

O Senhor Presidente da Câmara começou por *“solicitar à Assembleia uma desculpa pela incorreção na convocatória e pelo título atribuído a este ponto que é ‘Acórdãos de Execução com as Juntas de Freguesia, e não é isso que estamos a tratar. Estamos a tratar de contratos interadministrativos com as Juntas de Freguesia. E, embora o tema e o material de apoio fossem enviados com os contratos interadministrativos, os acórdãos de execução com as Juntas é feito no início do mandato, e neste processo em curso das transferências de competências do poder central para as Câmaras e para as Juntas de Freguesia, os acórdãos de execução não podem ser alterados.* -----

Portanto, isso é uma situação que vai ocorrer quando as 30 Freguesias, Juntas ou Uniãos aceitarem a delegação de competências do Estado e do Município para vós. -----

Eu não sei se aqui cria algum problema à Assembleia, mas o que está em jogo não são acórdãos de execução, são contratos interadministrativos. -----

Após a apresentação do assunto, o Senhor Presidente da Assembleia em exercício retomou a palavra para perguntar se algum Membro da Assembleia pretendia intervir. Na sequência de inscrição foi dada a palavra a: -----

Senhor Manuel Lousa que, após cumprimentar os presentes disse *“Tal como o Presidente disse é uma questão de nomenclatura, os documentos foram distribuídos, e isso só vai atrasar as questões das transferências para as Juntas de Freguesia se não for hoje discutido este ponto.”* -----

Senhor Presidente da Junta da Cerdeira do Côa, Filipe Mendes, que após cumprimentar os presentes perguntou *“se a verba será transferida todos os anos em junho, ou só este ano em junho, e como isto é válido para o mandato se depois pode ser transferida no início de cada ano.* -----

Em sede própria já tinha manifestado a minha opinião em relação a estes acórdãos, portanto, não a vou dizer aqui. Aquilo que eu queria saber também, é que foi publicado também a Lei n.º 57/2019 ‘o

13

presente Decreto-Lei concretiza a transferência de competências para os órgãos de freguesias', não sei se isto vem complementar estes acórdãos ou não." -----

Em resposta às questões levantadas, o Senhor Presidente da Câmara esclareceu que *"um contrato interadministrativo é um contrato a prazo, é um contrato para executar determinadas tarefas. Os acórdãos de execução não, são normalmente a 4 anos e para haver uma alteração tem de haver uma justificação para que isso aconteça e esse Decreto-Lei que saiu hoje é uma razão forte para ver quem é que continua com os contratos dos acórdãos de execução ou quem quer passar esses acórdãos de execução para contratos interadministrativos.* -----

Falando dos contratos, é necessário que as partes também aceitem e aprovem cada um destes contratos, porque isto é um contrato entre duas partes, e se algum não estiver confortável não o assina. A assembleia apenas está a autorizar uma das partes, que é a Câmara. Cabe aos órgãos das freguesias darem o outro passo" -----

Não havendo mais intervenções procedeu-se à votação da informação registada sob o n.º 1558 e datada de 18-04-2019, prestada pelo Gabinete de Apoio às Juntas de Freguesia, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com a abstenção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Rapoula do Côa, aprovar a proposta de minuta dos Contratos Interadministrativos com as Juntas de Freguesia, nos termos e com os fundamentos constantes da informação, sendo que os valores se encontram previstos na 2.ª Revisão ao Orçamento de 2019 e 2.ª Revisão às Grandes Opções do Plano 2019-2022. -----

PONTO 5 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DO PROJETO DE REGULAMENTO DE LIQUIDAÇÃO E COBRANÇA DE TAXAS DO MUNICÍPIO DO SABUGAL -----

O Senhor Presidente da Assembleia em exercício deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para apresentar o assunto. -----

O Senhor Presidente da Câmara disse tratar-se de um regulamento *"importantíssimo para regular a relação entre o município, os munícipes e as empresas/instituições. É um regulamento que no meu entender já devia estar mais do que publicado, contratámos uma empresa especializada para desenvolver este trabalho, constituímos uma equipa interna para acompanhar, sabem muito bem que quando se trabalha, e a legislação e a Lei das Finanças Locais a isso o obriga, hipoteticamente a obrigação é que todos os serviços que a Câmara presta arrecade receita para pagar o trabalho com esse serviço, é evidente que há exceções, e essas exceções estão referidas neste regulamento. Houve*



M

um trabalho comparativo com outros municípios, houve um trabalho enorme de verificação, onde é que havia razões para bonificar ou para, de certa forma, penalizar, isso também tem a ver muito com aquilo que nós consideramos de interesse concelhio. Todas estas tabelas obrigam a estudos de viabilidade económica, e talvez foram esses que levaram mais tempo. Se o leram com atenção vão verificar que é estabelecido o custo por entrada de documentos, o custo por tempo despendido no despacho, o custo despendido por um assistente administrativo a analisar, a dar parecer, a informar, a fotocopiar. Portanto, temos um trabalho que demorou muito tempo a fazer, é importante termos esta tabela nova, tentou-se fazer também muita simulação com casos reais, empresas reais, negócios reais. Será que o trabalho está perfeito? Se calhar não... será que nós temos depois a capacidade de corrigir as imperfeições? Temos..." -----

Após a apresentação do assunto, o Senhor **Presidente da Assembleia** em exercício retomou a palavra para perguntar se algum Membro da Assembleia pretendia intervir. Na sequência de inscrição foi dada a palavra a: -----

Senhor **Joaquim Brázia**, que após cumprimentar os presentes questionou o Senhor Presidente da Câmara se as taxas podem ser alteradas a qualquer momento ou se vão ter de ser salvaguardadas durante algum espaço temporário, 2, 3 ou 4 anos. *"Porque não li intensivamente este regulamento, mas a verdade é que há aí certas taxas que me passaram pelos olhos, e considero que sejam, não digo abusivas, mas considero um bocadinho altas. E, como tal, a qualquer momento se podia ter aqui algum motivo para conversarmos sobre essas taxas e podermos alterá-las, eventualmente."* -----

Em resposta ao Senhor Joaquim Brázia, o Senhor **Presidente da Câmara** informou que *"quando falamos de tarifas, preços, a Câmara Municipal pode, por ela, alterá-las, é um processo muito mais expedito e simples, como por exemplo a entrada nas piscinas municipais. Quando estamos a falar de taxas, estamos a falar de um regulamento, que tem que passar por crivos e filtros e processos de exposição pública, projeto de regulamento, Reunião de Câmara, discussão pública novamente, analisar as intervenções que houve, ou as participações que houve públicas, voltar a integrá-las. Este Regulamento passou por todos estes filtros. Não quero dar a ideia que se pode mudar de um dia para o outro. Insisto que é possível corrigir, melhorar, mas é um processo lento."* -----

Não havendo mais intervenções procedeu-se à votação da informação registada sob o n.º 1565 e datada de 18-04-2019, a Assembleia Municipal **deliberou**, por maioria, com duas abstenções dos Senhores

14

João Duarte e João Manata, aprovar o projeto de Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas do Município do Sabugal, nos termos e com os fundamentos constantes da informação. -----

PONTO 6 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DO PROJETO DE REGULAMENTO DE GESTÃO DE INSTALAÇÕES MUNICIPAIS DISPONÍVEIS PARA A ATIVIDADE ECONÓMICA -----

O Senhor Presidente da Assembleia em exercício deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para apresentar o assunto. -----

O Senhor Presidente da Câmara começou por dizer que *“nós temos um conjunto de espaços económicos que estão a ser explorados e que nós cedemos. Temos um conjunto de regulamentos dispersos e o objeto aqui é integrar num único regulamento toda essa panóplia de regulamentação dispersa. Posso-vos falar, por exemplo, do CNT do Soito, do mercado municipal, do parque industrial, da nova zona de localização empresarial, de espaços da praia fluvial, e com certeza que haverá aqui alguns que podem ser integrados e que não estão. Portanto, o objetivo foi arranjar uma norma comum, um procedimento idêntico para todos eles quando se passa para a fase de entrega a um particular, para que possa exercer a sua atividade económica. Está tudo referenciado, foi um trabalho, e eu diria até, nós já falámos muitas vezes da estrutura económica, do Gabinete de Apoio ao Investidor e da Sabugal Invest, isto é uma ferramenta importantíssima para quem constitui essa comissão e quem tem que analisar os espaços disponíveis e as cedências de espaços para a atividade económica. É uma ferramenta reguladora do futuro.* -----

Queria dar-vos nota também de um pormenor, embora eu tenha referido há 2 ou 3 anos numa assembleia municipal, nenhum Senhor Presidente de Junta ligou muito ao assunto, nós temos um património enorme, cerca de 80 edifícios, escolas antigas, espalhadas pelo concelho, que podiam constituir um verdadeiro conjunto a alocar uma atividade económica, numa lógica de start-up empresarial. Eu fiz o desafio um dia, que me dissessem quais, e que estavam disponíveis, não quero ferir suscetibilidades, sei que há muitos que estão entregues às associações, que vão lá uma vez por ano a abrir a porta e a cortar a silva que tentou entrar pela janela, e, portanto, acho que muito mais que nós pensarmos que temos ali uma coisa que é nossa, acho que é tempo de fazer a valorização desses edifícios municipais, que são um património enorme, disperso, quase devoluto, que está a degradar-se de dia para dia. -----

Senhora Marisa Martins, tomou a palavra para perguntar ao Senhor Presidente da Câmara o que irá acontecer ao edifício da Escola Primária quando houver a mudança de instalações. -----

O Senhor Presidente da Câmara disse que em momento oportuno comunicará à Assembleia Municipal o destino do mesmo. Disse haver ideias concretas em análise. -----

Não havendo mais intervenções procedeu-se à votação da informação registada sob o n.º 1572 e datada de 18-04-2019, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o projeto de Regulamento de Gestão de Instalações Municipais disponíveis para a Atividade Económica, nos termos e com os fundamentos constantes da informação. -----

O Senhor Alexandre Gonçalves apresentou a seguinte declaração de voto: *“Começo por dar os parabéns à agência de investimento “Sabugal Invest”. Em boa hora este documento foi aprovado que é fruto da agência de investimento “Sabugal Invest”. O Partido Socialista teve um papel determinante para a reativação da “Sabugal Invest”. Esperemos que este seja a primeira de muitas soluções que possam nascer para o desenvolvimento económico, financeiro e social do Sabugal, do Concelho do Sabugal.”* -----

PONTO 7 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DE ALTERAÇÃO A PROGRAMA OCUPACIONAL AUTÁRQUICO

O Senhor Presidente da Assembleia em exercício deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para apresentar o assunto. -----

O Senhor Presidente da Câmara começou por dizer *“nós temos uma metodologia de trabalho em termos de recuperação de alguns casos sociais, em que de alguns anos a esta parte nos apoiamos nas juntas de freguesia, num mecanismo a que chamámos na altura Programa Ocupacional Autárquico, desde que referenciados pela comunidade, tentamos organizar planos de recuperação de pessoas afastadas do mundo do trabalho, da cidadania, do serviço público, da comunidade. E, portanto, fazemo-lo com este mecanismo. Contrariamente ao que muitos de vocês pensam, a relação Câmara-Junta de Freguesia, essas relações estabelecem-se com um quadro legal muito refinado, e não há margem aqui para aquilo que às vezes pensam, que é favorecer este ou aquele, em prejuízo de outros. O facto é que isso foi à Assembleia Municipal que aprovou, e qualquer alteração que haja desse programa tem que vir aqui para ser aprovada. Segundo me parece, estamos aqui a falar de cerca de 300€.”* -----

Não havendo inscrições para este ponto, procedeu-se à votação do documento. -----

17

Face à informação registada sob o n.º 688 e datada de 21-02-2019, referente à alteração de programa ocupacional autárquico, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a alteração apresentada, nos termos e com os fundamentos constantes da informação. -----

PONTO 8 - ATIVIDADE MUNICIPAL -----

O Senhor Presidente da Assembleia em exercício tomou a palavra para dizer que se iria passar à discussão deste ponto, tendo dado a palavra ao Senhor Presidente da Câmara. -----

Tomando a palavra, disse ter sido distribuída a informação por escrito, a todos os Membros da Assembleia, pelo que, se houvesse algum esclarecimento a dar, estava à disposição. -----

Aproveitando a oportunidade, o Senhor Presidente da Câmara esclareceu o motivo da ausência da Senhora Vereadora Sílvia Nabais e referiu também que a Proteção Civil está delegada politicamente, mas que alguém tem de fazer o trabalho. *“Politicamente eu sou o responsável pela Proteção Civil Municipal, que deleguei no Vice-Presidente. Mas tecnicamente alguém tem de fazer o trabalho.”* -----

Na sequência de inscrição foi dada a palavra a: -----

Senhor Joaquim Brázia que disse: -----

“A 26 de março, houve uma participação na reunião do sistema das Águas Zêzere e Côa, com o grupo Águas de Portugal, realizada na Guarda. Esta reunião já foi com o intuito de adiantar a tal dívida que as Câmaras têm com as Águas do Zêzere? Quais são as conclusões que podemos saber?” -----

Em resposta, o Senhor Presidente da Câmara disse *“como devem imaginar, não combinámos nada, apesar de ser do mesmo grupo partidário que me apoia na Câmara Municipal, sabe tão bem quanto eu, e não combinámos nenhuma pergunta dessas, mas eu trouxe o assunto, está aqui. E digo mais, lamento que por vezes a Assembleia Municipal não debata temas demasiadamente importantes, no meu humilde ponto de vista. ... Não digo mais nada.* -----

Mas, já agora, para vosso conhecimento, diante de todos, eu vou ler o documento que foi assinado pelos Senhores Presidentes de Câmara - 16, e que estabelece as linhas vermelhas de negociação entre os municípios todos desta região, o sistema de águas, o ministério e a secretaria de estado: -----

“(…) Compulsados os referidos ofícios, os Municípios do Ex-Sistema Multimunicipal do Zêzere e Côa vêm manifestar a sua disponibilidade para prosseguir com as negociações tendentes à celebração de um acordo global final dentro das seguintes condições: -----

- *Se verifique a prorrogação do prazo de vigência do Decreto – lei n.º 5/2019, de 14 de janeiro por um período não inferior a 60 dias, sejam revistas algumas das cláusulas do texto do Acordo de Regularização de Dívida que atentam contra a autonomia do poder local, bem como a possibilidade legal de adesão dos Municípios que se encontrem abrangidos pelo FAM;*
- *Seja garantida a Homologação de Entendimento celebrado em 2015, atualizado à presente data;* -----
- *Se proceda à revisão do cálculo de juros de mora, especificamente os juros de mora vencidos após a assinatura do memorando de Entendimento de 2015 até à data da assinatura do Acordo Global final, já que se tratando do período em que decorreram as negociações entre as partes não deverá, sobre o referido período, incidir qualquer cobrança de juros de mora;* -----
- *Sejam concluídas todas as negociações bilaterais em curso entre os Municípios e o grupo Adp;* -----
- *Caso se verifique a obtenção de melhores condições que as constantes nos ARD celebrados pelos Municípios, até 31 de março de 2019, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 5/2019, de 14 de janeiro, tais condições serão, igualmente, aplicados a estes Municípios, os quais, de forma alguma, poderão ser prejudicados em sede de Acordo Final Global.* -----

Verificadas as condições supre escritas, considera-se estarem reunidas as condições para a celebração de um acordo final global, pondo assim fim a todas as litigâncias existentes entre as partes.” -----

Neste momento aguardamos que o novo Secretário de Estado e o Senhor Ministro respondam a este memorando.” -----

Tomou novamente a palavra a Senhora Marisa Martins para dizer ao Senhor Presidente da Câmara que está a *“pôr a minha curiosidade ao rubro. Há 3 assuntos que não foram questionados. Podia espontaneamente falar sobre eles, se puder claro.”* -----

O Senhor Presidente da Câmara disse que iria falar de um dos assuntos que é extremamente importante. *“Acho estranho que não tenha havido aqui nesta Assembleia, ninguém a levantar as*

*questões da delegação de transferência de competências, quando em junho vamos ter que nos pronunciar outra vez. Acho muito estranho, e vocês não? -----
E, portanto, tenho aqui a informação, mas é evidente que não vou agora falar e não há espaço para isso, e eu também não sou membro da Assembleia, sou Presidente da Câmara Municipal do Sabugal. Este é um espaço onde o Presidente da Câmara Municipal, não impõe regras, nem vontades. Intervém ao ritmo da agenda e das solicitações dos membros da Assembleia.” -----*

A Assembleia Municipal tomou conhecimento dos documentos enviados sobre a **ATIVIDADE MUNICIPAL**. -----

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Chegado a este ponto o **Senhor Presidente da Assembleia em exercício** perguntou se, de entre os munícipes presentes, algum pretendia intervir. Não tendo havido qualquer inscrição e não havendo mais assuntos a tratar, o **Senhor Presidente da Assembleia em exercício** agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a Sessão, eram vinte horas e trinta minutos, da qual para constar e para os devidos e legais efeitos, se lavrou a presente ata, cujas deliberações foram aprovadas em minuta para resolução imediata das deliberações tomadas, nos termos do n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a qual depois de lida e aprovada vai ser assinada, por mim, Isabel Gonçalves, Técnica Superior que a lavrei e pelo **senhor Presidente da Assembleia em exercício**, conforme disposto no n.º 1 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. -----

O Presidente da Assembleia em exercício,


António Luís dos Santos Serra

A Técnica Superior,


Isabel Gonçalves